



BOLETIM INFORMATIVO DA PARÓQUIA DE SANTO ANTÓNIO DOS CAVALEIROS

Director: *Pe. Frei Ricardo Rainho, O. Carm.* - ANO XII - II Série - Nº 97 - Janeiro de 2007

## ***Carta do Cardeal-Patriarca de Lisboa aos Párocos e Comunidades Cristãs***

Rev.mo Senhor,

O Referendo do dia 11 de Fevereiro próximo trouxe, mais uma vez, para o debate público, o drama do aborto voluntário, que implica sérias questões morais, e desafia a Igreja e a sociedade a encontrar respostas positivas, na linha do amor fraterno, na ajuda a todas as mulheres que vão ser mães, particularmente aquelas que, perante uma maternidade não desejada, passam por dificuldades acrescidas. Neste contexto, convém determinar com clareza a maneira como os sacerdotes e as comunidades cristãs podem participar activamente neste período de esclarecimento das consciências.

1. A doutrina da Igreja sobre a vida, inviolável desde o seu primeiro momento, obriga em consciência todos os católicos. Estes, para serem fiéis à Igreja, não devem tomar posições públicas contrárias ao seu Magistério. O esclarecimento que os católicos são chamados a fazer sobre esta questão tem de ter em conta também os critérios de fidelidade à Igreja.

2. Os sacerdotes, enquanto presidentes das assembleias litúrgicas, devem limitar-se, durante as mesmas, à apresentação da doutrina da Igreja sobre o respeito pela vida. A celebração litúrgica não pode ser lugar de campanha, rebatendo argumentos contrários, analisando vertentes políticas e sociológicas do problema. A celebração litúrgica é momento para escutar apenas a Palavra de Deus e a palavra da Igreja. Procurem enquadrar o problema do aborto no conjunto de toda a exigência do respeito pela vida, em todas as circunstâncias, desde a concepção à morte natural, campo vasto do exercício da caridade.

3. Isto não impede que o Pároco e a comunidade cristã organizem, noutros momentos e espaços, debates de esclarecimento mais abrangentes, para os quais podem pedir a colaboração de pessoas preparadas para esclarecer acerca das variadas questões que este referendo levanta.

4. Que a caridade fraterna repasse todas estas acções: o amor a todas as mães, mesmo aquelas que perante dramas pessoais fraquejaram. É momento de esclarecimento das consciências e não de exclusão de ninguém do nosso amor fraterno.

5. Lembro, resumidamente, os principais pontos da doutrina da Igreja sobre a vida:

5.1. Toda a vida é dom de Deus. Mesmo na procriação natural, actua o poder criador de Deus. Os pais colaboram com Deus nesse mistério da criação continuada.

5.2. A vida humana é um todo inseparável, desde a fecundação até à morte natural. O respeito pela vida e o amor fraterno incidem em todos os momentos deste processo, ajudando-nos uns aos outros a crescer para atingir a maturidade, prenúncio da plenitude escatológica.

5.3. O respeito pela vida dos outros, em todos os seus momentos, é dever imposto pela lei natural e universal, base da exigência ética e da cultura. O judeo-cristianismo assumiu como dever religioso esse imperativo da Lei natural, no mandamento do Decálogo "não matarás". Isso significa, para os crentes,

que respeitar a vida é também mandamento expresso pelo Senhor, que respeitá-lo é adorá-lo, e que podemos contar com a Sua graça para sermos fiéis a mandamento tão exigente e tão permanente.

5.4. A resposta cristã para os problemas e para os pecados no cumprimento deste mandamento está no perdão e na ajuda de Deus e no mandamento do amor fraterno. Dizer “Não” a uma lei facilitante do aborto, tem de significar dizer “Sim” às exigências do amor fraterno, pondo em prática aquilo a que João Paulo II chamou a “fantasia da caridade”, inventando formas de ajudar todas as mulheres para quem a maternidade se torna difícil, momento de desorientação e tentação.

O Referendo acontece no dia de Nossa Senhora de Lourdes e Dia Mundial do Doente. Peçamos à Virgem Mãe que fortaleça todas as mulheres-mães, inspire, como só ela sabe fazer, as consciências e nos ensine a todos a dar uma prioridade total, na nossa vida, à caridade cristã.

Saúdo toda a comunidade cristã a que preside, abençoando-os em nome do Deus amor.

Lisboa, 11 de Janeiro de 2007

† JOSÉ, Cardeal-Patriarca

## 5 Razões para votar “não” e escolher a vida

*Nota Pastoral do Conselho Permanente Conferência Episcopal Portuguesa sobre o referendo ao aborto*

(...) Não podemos, pois, deixar de dizer aos fiéis católicos que devem votar “não” e ajudar a esclarecer outras pessoas sobre a dignidade da vida humana, desde o seu primeiro momento. O período de debate e esclarecimento que antecede o referendo não é uma qualquer campanha política, mas sim um período de esclarecimento das consciências. A escolha no dia do referendo é uma opção de consciência, que não deve ser influenciada por políticas e correntes de opinião. Nós, os Bispos, não entramos em campanhas de tipo político, mas não podemos deixar de contribuir para o esclarecimento das consciências.

Assim enunciamos, de modo simples, as razões para votar “não” e escolher a Vida:

1ª. O ser humano está todo presente desde o início da vida, quando ela é apenas embrião. E esta é hoje uma certeza confirmada pela Ciência: todas as características e potencialidades do ser humano estão presentes no embrião. A vida é, a partir desse momento, um processo de desenvolvimento e realização progressiva, que só acabará na morte natural. O aborto provocado, sejam quais forem as razões que levam a ele, é sempre uma violência injusta contra um ser humano, que nenhuma razão justifica eticamente.

2ª. A legalização não é o caminho adequado para resolver o drama do “aborto clandestino”, que acrescenta aos traumas espirituais no coração da mulher-mãe que interrompe a sua gravidez, os riscos de saúde inerentes à precariedade das situações em que consuma esse acto. Não somos insensíveis a esse drama; na confidencialidade do nosso ministério conhecemos-lhe dimensões que mais ninguém conhece. A luta contra este drama social deve empenhar todos e passa por um planeamento equilibrado da fecundidade, por um apoio decisivo às mulheres para quem a maternidade é difícil, pela dissuasão de todos os que intervêm lateralmente no processo, frequentemente com meros fins lucrativos.

3ª. Não se trata de uma mera “despenalização”, mas sim de uma “liberalização legalizada”, pois cria-se um direito cívico, de recurso às instituições

públicas de saúde, preparadas para defender a vida e pagas com dinheiro de todos os cidadãos.

“Penalizar” ou “despenalizar” o aborto clandestino, é uma questão de Direito Penal. Nunca fizemos disso uma prioridade na nossa defesa da vida, porque pensamos que as mulheres que passam por essa prova precisam mais de um tratamento social do que penal. Elas precisam de ser ajudadas e não condenadas; foi a atitude de Jesus perante a mulher surpreendida em adultério: “alguém te condenou?... Eu também não te condeno. Vai e doravante não tornes a pecar”.

Mas nem todas as mulheres que abortam estão nas mesmas circunstâncias e há outros intervenientes no aborto que merecem ser julgados. É que tirar a vida a um ser humano é, em si mesmo, criminoso.

4ª. O aborto não é um direito da mulher. Ninguém tem direito de decidir se um ser humano vive ou não vive, mesmo que seja a mãe que o acolheu no seu ventre. A mulher tem o direito de decidir se concebe ou não. Mas desde que uma vida foi gerada no seu seio, é outro ser humano, em relação ao qual tem particular obrigação de o proteger e defender.

5ª. O aborto não é uma questão política, mas de direitos fundamentais. O respeito pela vida é o principal fundamento da ética, e está profundamente impresso na nossa cultura. É função das leis promoverem a prática desse respeito pela vida. A lei sobre a qual os portugueses vão ser consultados em referendo, a ser aprovada, significa a degenerescência da própria lei. Seria mais um caso em que aquilo que é legal não é moral.

Pedimos a todos os fiéis católicos e a quantos partilham connosco esta visão da vida, que se empenhem neste esclarecimento das consciências. Façam-no com serenidade, com respeito e com um grande amor à vida. E encorajamos as pessoas e instituições que já se dedicam generosamente às mães em dificuldade e às próprias crianças que conseguiram nascer.